

Pragmática na Didáctica do Português

José Manuel Silva*

29 de Maio de 2006

Conteúdo

INTRODUÇÃO	1
Os dispositivos técnicos da linguagem	5
.1 Em torno do conceito Pragmática	7
.2 As divisões da Pragmática	10
.3 A perspectiva indexical	11
.4 A perspectiva accional	12
.5 A perspectiva conversacional	15
A aplicação à didáctica da língua materna	16
Sistémica de uma planificação	20
BIBLIOGRAFIA	22

“A linguagem é sempre um processo interlocutivo. Nunca falamos sozinhos. Mesmo quando não estamos na presença física de outras pessoas e quando, no silêncio do nosso quarto, as nossas palavras parecem não se dirigir a ninguém, o nosso discurso visa sempre um ou mais interlocutores, reais ou virtuais”.

Adriano Duarte Rodrigues

INTRODUÇÃO

Esta pequena citação remete-nos para o intento principal do esquema que norteou o presente trabalho: a ideia de que a linguagem é, antes de mais, um processo interlocutivo, onde a relação eu/outro, não necessariamente nesta ordem, evolui e é elaboradora de sentidos e construtora de mundos deve estar, cada vez mais,

*Instituto Politécnico da Guarda, www.ipg.pt

presente na didáctica da língua materna. Adriano Duarte Rodrigues, por um lado, e Fernanda Irene Fonseca, por outro, foram os autores elegidos para sustentar a temática conceptual em causa.

No interior da dimensão técnica da própria linguagem, o **discurso** pode ser visto como dispositivo de constituição de sentido e das relações interlocutivas, visando não só a comunicação de ideias, pensamentos e sentimentos, mas também a persuasão e o convencimento de interlocutores (objecto da Retórica).

É através destes diferentes processos que a linguagem é o fundamento por excelência da interacção social, indispensável para a constituição de uma comunidade humana. Por sua vez, “o **sentido** é o valor da racionalidade de um discurso e, como tal, distingue-se da significação dos elementos linguísticos que o integram”. Por isso, um enunciado que é compreensível, do ponto de vista da significação das formas linguísticas, tanto pode ter sentido, dentro de um determinado quadro, como pode ser absurdo ou desprovido de sentido, dentro de um outro quadro.

Para a constituição dos **quadros de sentido**, segundo Duarte Rodrigues, os interlocutores fazem intervir não só os elementos linguísticos que integram os enunciados que trocam entre si, “mas também todo o conjunto de saberes acerca dos interlocutores, do tema ou do assunto da conversa, da situação social em que estão envolvidos, assim como das visões do mundo próprias da comunidade a que pertencem ou a que se referem. Os quadros do sentido não são redutíveis a nenhuma parte do discurso, mas são pressupostos pelos enunciados, definindo implicitamente os seus valores de razoabilidade.”

Para a constituição dos quadros do sentido, os interlocutores ajustam a sua compreensão dos enunciados à percepção de todo um conjunto de **indícios** implícitos, mas, de algum modo, presentes na situação interlocutiva.

Como é óbvio, alguns destes indícios, seguindo de perto o pensamento de Duarte Rodrigues, são fornecidos pelos próprios interlocutores – a idade, o sexo, a entoação, o débito lento ou precipitado das palavras, o sotaque, os gestos, a direcção dos olhares, a própria forma como os interlocutores se vestem na altura da enunciação. Estes aspectos fornecem indícios a partir dos quais são levados a pressupor hipóteses interpretativas plausíveis acerca dos seus enunciados

Daí que pela importância de que se reveste o tema haja a necessidade na actualidade de um estudo minucioso desta dimensão interlocutiva da linguagem. É verdade que as concepções modernas da linguagem tendem ainda a reduzir a multiplicidade das dimensões da linguagem ora a uma dimensão referencial, ora uma dimensão simbólica, esquecendo a maioria das vezes a sua dimensão interlocutiva.

A dimensão referencial tem como pressuposto básico que as palavras são como etiquetas que se colocam nas coisas, objectos, pessoas, factos, estados das coisas, e por aí fora, a que nos referimos.

Esta concepção, afirmada pelo neo-positivismo lógico e cimentada pelos autores do Círculo de Viena (Schlick, Godel, Carnap, Russel, e o 1º Wittgenstein) já

conheceu melhores dias e está praticamente votada ao abandono. Saussure critica-a no seu *Cours de Linguistique Générale*, sob o nome de concepção nomenclaturista da língua; e o próprio Charles Morris, que chegou a integrar o Círculo de Viena, apercebe-se muito rapidamente de que não é possível elidir a dimensão pragmática da linguagem e da comunicação.

Por sua vez, a dimensão simbólica veio sublinhar a natureza predominantemente simbólica da linguagem, acentuando a autonomia desta concepção em relação à função meramente referencial. Esta dimensão considera, assim, que a presença do homem no mundo não é imediata, mas sim mediatizada pela linguagem. Antes de desempenhar então a função referencial, a linguagem desempenha funções de significação, funções expressivas, e está na origem da elaboração do sentido do mundo para o homem. *“O mundo não é assim, para a concepção simbólica da linguagem, um dado, mas um constructum, o resultado da própria elaboração linguística do mundo”*.

A questão é que nem o mundo, nem o homem, nem a linguagem, são entidades singulares. Quando falamos, trocamos linguagens diversas, com homens diferentes, acerca de uma multiplicidade de mundos diferenciados. Ter esta concepção significa considerar também a dimensão interlocutiva, que dá conta desta multiplicidade de linguagens, de interlocutores e de mundos.

*“A dimensão interlocutiva pode ser definida como a relação de troca de discursos entre homens situados num espaço específico de interlocução. É ao estudo da dimensão interlocutiva da linguagem e da sua relação com as outras dimensões da linguagem que a **pragmática** se dedica”*.

Esta dimensão não é uma descoberta recente. No entanto, razões teóricas e culturais específicas da contemporaneidade vieram de novo colocá-la em lugar de destaque. As novas redes planetárias de comunicação e informação colocam quase instantaneamente ao alcance da humanidade uma série de dispositivos que estão a consumir *“a transformação técnica da experiência do mundo na experiência da linguagem”*.

A actualidade histórica da pragmática deve-se a uma progressiva pragmatização da experiência, *“à recente descoberta de que as nossas relações com o mundo estão inscritas de maneira inalienável na experiência da linguagem e de que a natureza destas relações depende de procedimentos inerentes à interlocução visando o entendimento recíproco e mútuo da comunidade dos homens”*.

Neste pequeno bosquejo haverá tempo para a apresentação, ainda que brevíssima, da parte mais histórica e metodológica das questões que rodeiam a Pragmática. A análise do termo e as respectivas balizas ancoradas nas perspectivas indexical, accional e conversacional pode ser considerada como o eixo central que percorre por inteiro a tarefa a que nos propomos.

Como não podia deixar de ser, dessa pesquisa faz-se uma alusão sumária a um rol de autores que contribuíram para o desenvolvimento da pragmática enquanto

disciplina: desde os praticantes teóricos da Retórica da Antiguidade, como Córax, Tísias, Górgias e Aristóteles; a Wittgenstein e aos jogos de linguagem; a Morris e ao processo semiótico; a John Austin e aos enunciados performativos; passando por John Searle e a tipologia dos actos ilocutórios, bem como as suas regras constitutivas, para terminar em Paul Grice, já na pragmática conversacional, e nas máximas que enuncia: qualidade, quantidade, relevância e de modo.

Para finalizar esta introdução, e também por ser ponto focal do presente trabalho, no que respeita à aplicação dos conceitos em ambiente de sala de aula, não queria deixar de realçar os trabalhos de Fernanda Irene Fonseca e o modo como a autora defende “*a fecundidade da aplicação à pedagogia das línguas em geral e da língua materna em particular de uma teoria linguística alargada à pragmática, isto é, que não separa os enunciados do seu quadro situacional e que considera a análise do comportamento verbal como inseparável a análise do comportamento em geral*”.

Assim, muito mais do que o aperfeiçoamento de uma competência linguística, o estudo da pragmática visa o desenvolvimento da competência comunicativa, entendida como capacidade de integração activa na *praxis* social. Pedagogia da língua materna torna-se, para a autora, sinónimo de pedagogia discursiva. Isso implica a já muito preconizada abertura da aula de língua materna à pluralidade dos discursos.

O que se pretende é que a partir de uma reflexão sobre as relações entre enunciado e enunciação se possam distinguir dois modos fundamentais de utilização da língua: um em que o enunciado está directamente ancorado na situação de enunciação e constitui um complemento verbal de uma situação concreta de interacção entre locutor e interlocutor; e um outro em que o enunciado está indirectamente ancorado na situação de enunciação e se apresenta, assim, como aparentemente autónomo em relação à situação em que é produzido: a rede referencial constitui-se no interior do próprio texto, que cria, por meios linguísticos, os seus próprios marcos de referência.

A oposição entre estes dois modos fundamentais de enunciação inscreve-se, assim, na própria estrutura da língua, que fornece ao locutor os meios linguísticos de escapar à contingência da sua situação concreta: preso irremediavelmente a um aqui-agora que transporta consigo, o sujeito falante tem, no entanto, a possibilidade de criar, pela palavra, um “*outro aqui-agora*”, isto é, um lá-então. Se o aqui e o agora só têm existência porque e quando alguém fala, o lá e o então só têm existência porque e quando alguém fala deles.

É com este desejo que, mesmo que não haja suporte de dispositivos técnicos, nem tão pouco referência ministerial à problemática da dimensão pragmática ao nível do Ensino Recorrente, efectuarei a planificação de uma pequena unidade que dê conta do que está em jogo na sala de aula quando se atenta na incontornável dimensão pragmática presente em todas as línguas naturais.

Em traços muito gerais, os aspectos que serão realçados passarão pelos processos de elaboração de sentido, onde as anedotas serão um bom exemplo; pela codificação das relações sociais entre locutor e alocutário; e pela experiência dos actos ilocutórios, sobretudo os directivos, compromissivos, expressivos e declarativos.

Os dispositivos técnicos da linguagem

A dimensão técnica da própria linguagem é o dispositivo por excelência da comunicação humana. O discurso pode então ser visto como dispositivo de constituição de sentido e das relações interlocutivas, visando não só a comunicação de ideias, pensamentos e sentimentos, mas também a persuasão e o convencimento de interlocutores. É através destes diferentes processos que a linguagem se constitui como fundamento por excelência da interacção social, indispensável para a constituição de uma comunidade humana.

O sentido é o valor de racionalidade de um discurso e, como tal, distingue-se da significação dos elementos linguísticos que o integram: *“Por isso um enunciado que é compreensível, do ponto de vista da significação das formas linguísticas, tanto pode ter sentido, dentro de um determinado quadro, como pode ser absurdo ou desprovido de sentido, dentro de um outro quadro”*¹.

Para a constituição dos quadros de sentido, os interlocutores fazem portanto intervir não só os elementos linguísticos que integram os enunciados que trocam entre si, mas também todo o conjunto de saberes acerca dos interlocutores, do tema ou do assunto da conversa, da situação social em que estão envolvidos, assim como das visões do mundo próprias da comunidade a que pertencem ou a que se referem. Os quadros do sentido não são redutíveis a nenhuma parte do discurso, mas são pressupostos pelos enunciados, definindo implicitamente os seus valores de razoabilidade. Para a constituição dos quadros do sentido, os interlocutores ajustam a sua compreensão dos enunciados à percepção de todo um conjunto de indícios implícitos, mas, de algum modo, presentes na situação interlocutiva.

Como é óbvio, alguns destes indícios são fornecidos pelos próprios interlocutores – a idade, o sexo, a entoação, o débito lento ou precipitado das palavras, os gestos, a direcção dos olhares, a própria forma como os interlocutores se vestem. Estes fornecem indícios a partir dos quais são levados a pressupor hipóteses interpretativas plausíveis dos seus enunciados

As concepções modernas da linguagem, apesar de tudo, tendem a reduzir a multiplicidade das suas dimensões ora a uma dimensão referencial ora uma dimensão simbólica, esquecendo a maioria das vezes a sua dimensão interlocutiva.

¹. **Rodrigues**, Adriano Duarte, *As Técnicas da Comunicação e da Informação*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p.56.

A dimensão referencial tem como pressuposto básico que as palavras são como etiquetas que se colocam nas coisas, objectos, pessoas, factos, estados das coisas e por aí fora a que nos referimos. Esta concepção é afirmada pelo neopositivismo lógico e será cimentada pelos autores do Círculo de Viena (Schlick, Godel, Carnap, e Russel). Esta perspectiva considera a linguagem como um sistema de correspondências entre as palavras e o mundo, isto é, que o significado dos signos são os objectos, ou seja, as coisas do mundo a que estes se referem. É esta concepção nomenclaturista (para empregar a terminologia cunhada por Saussure) que é criticada pelo linguista suíço quando define signo como a relação entre um conceito e uma imagem acústica, ou entre um significante e um significado. Isto é, para Saussure, ao contrário dos nomenclaturistas, o significado não é o objecto do signo, mas a ideia ou conceito que este produz na mente do intérprete. Também Peirce distinguirá cuidadosamente entre Interpretante (o efeito que um signo produz num intérprete) e objecto referido pelo signo, passo em que é retomado por Morris. Assim, para os “nomenclaturistas”, a fala desempenharia uma função predominantemente instrumental; seria o meio pelo qual o homem designa o mundo.

Já a outra dimensão, a simbólica, vai sublinhar, por seu turno, a natureza predominantemente simbólica da linguagem, acentuando a autonomia desta concepção em relação à função meramente referencial. Esta dimensão vai considerar que a presença do homem no mundo não é imediata, mas sim mediatizada pela linguagem. Antes de desempenhar então a função referencial, a linguagem desempenha funções de significação, funções expressivas, e está na origem da elaboração do sentido do mundo para o homem. “*O mundo não é assim, para a concepção simbólica da linguagem, um dado, mas um constructum, o resultado da própria elaboração linguística do mundo*”². O facto de o homem não utilizar signos unívocos não é considerado uma deficiência, trata-se antes do modo normal do uso da linguagem. Esta plurivocidade é marca distintiva do humano, já que se torna maneira normal de significarmos, de exprimirmos, de elaborarmos, de construirmos sentidos para o mundo.

A questão é que nem o mundo, nem o homem, nem a linguagem, são entidades singulares. Quando falamos, trocamos linguagens diversas, com homens diferentes acerca de uma multiplicidade de mundos diferenciados. Ter esta concepção significa considerar também a dimensão interlocutiva, que dá conta desta multiplicidade de linguagens, de interlocutores e de mundos. A dimensão interlocutiva pode ser definida como a relação de troca de discursos entre homens situados num espaço específico de interlocução, e “*é ao estudo da dimensão in-*

². **Rodrigues**, Adriano Duarte, *Dimensões Pragmáticas do Sentido*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, p.15.

*terlocutiva da linguagem e da sua relação com as outras dimensões da linguagem que a pragmática se dedica*³.

Esta dimensão não é uma descoberta recente no entanto razões teóricas e culturais próprias da contemporaneidade vieram de novo colocá-la em lugar de destaque. As novas redes planetárias de comunicação e informação colocam quase instantaneamente ao alcance da humanidade uma série de dispositivos que estão a consumir “*a transformação técnica da experiência do mundo na experiência da linguagem*”.

A actualidade histórica da Pragmática deve-se a uma progressiva pragmatização da experiência, “*à recente descoberta de que as nossas relações com o mundo estão inscritas de maneira inalienável na experiência da linguagem, e de que a natureza destas relações depende de procedimentos inerentes à interlocução, visando o entendimento recíproco e mútuo da comunidade dos homens*”⁴. Vejamos então como o conceito de Pragmática – hoje dimensão incontornável na epistemologia das ciências, tanto puras quanto aplicadas - evoluiu com os tempos.

.1 Em torno do conceito Pragmática

A partir de 1851, o termo Pragmatismo, para além do seu uso jurídico, passou a designar a corrente filosófica predominante nos EUA, segundo a qual o valor prático de uma proposição é considerado como o critério da sua verdade ou, pelo menos, da sua aceitabilidade.

Charles S. Peirce lançou os fundamentos do Pragmatismo ao defender consistentemente que a ideia que temos de um fenómeno ou de um objecto não é senão a soma das ideias que podemos obter acerca das consequências práticas desse fenómeno, ou das acções possíveis que podem ser realizadas sobre esse objecto.

Em *How to Make our Ideas Clear*⁵ o princípio do pragmatismo é formulado como uma máxima de clarificação do significado de termos gerais, sustentando Peirce que para atingir “clareza de apreensão” devemos apenas abraçar a seguinte regra: “Considerar quais os efeitos que podem concebivelmente ter consequências práticas, que concebemos que o objecto da nossa concepção tem. Então, a nossa concepção desses efeitos é a totalidade da nossa concepção do objecto”⁶.

Isto porque o significado das ideias, de qualquer ideia geral, que tenhamos em mente, só pode ser aferido, aquilatado, relacionando-o com os efeitos práticos *concebíveis* que concebemos que essa ideia possa ter. “A nossa ideia de qualquer

³. *Ibidem*.

⁴. **Rodrigues**, Adriano Duarte, *Dimensões Pragmáticas do Sentido*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, p.19.

⁵. *Collected Papers*, 5.388 e ss.

⁶. *Collected Papers*, 5.402.

coisa é a nossa ideia dos seus efeitos sensíveis”⁷ e pensar que por trás da ideia da totalidade dos efeitos sensíveis concebíveis há algo mais, uma verdadeira realidade para lá das aparências, à maneira platónica ou kantiana, é criar uma ficção, e “má metafísica”.

É este o significado do pragmatismo, tal como foi proposto por Peirce em finais do século XIX: a eliminação da cisão aparência/realidade inaugurada com o platonismo, e que persiste até muito depois de Kant, neste último autor recuperada sob a distinção fenómeno/númeno. Peirce extraiu a máxima pragmatista da sua experiência como cientista de laboratório (a sua formação de base em Harvard era na área da Química). Com efeito, para um físico, por exemplo, o significado de conceitos como “peso” ou “dureza” não é mais do que o conjunto de efeitos práticos das substâncias que têm tais qualidades. De um modo muito simples: é duro aquilo que não se deixa riscar pela maioria dos materiais, como é pesado aquilo que produz determinados efeitos num instrumento de medida, por exemplo, uma balança. O Pragmatismo estende esta visão eminentemente “laboratorial” a todas as outras esferas de intervenção humana, e inclusivamente ao uso da linguagem.

Na corrente pragmatista da filosofia norte-americana, Peirce vai distinguir três dimensões do signo, que mais tarde Charles Morris vai denominar das dimensões semântica, sintáctica e pragmática. Se a semântica diz respeito à relação dos signos com os objectos para que remetem e a sintáctica à relação dos signos entre si, a pragmática diz respeito à relação de um signos com os seus interpretantes.

Não é possível a compreensão dos “quadros de sentido” de que fala Rodrigues sem atentarmos na génese da divisão da semiótica em sintaxe, semântica e pragmática. Essa divisão decorre da análise feita por Morris do processo semiótico.⁸

A semiose, para este autor, é o processo em que algo funciona como um signo para alguém. O processo de semiose compreende: 1. O *veículo sígnico* (aquilo que actua como um signo); 2. O *designatum* (aquilo a que o signo se refere); 3. O *interpretante* (o efeito sobre alguém em virtude do qual a coisa em questão é um signo para esse alguém); 4. O *intérprete* (aquele que recebe o signo).

Há ainda a ter em conta que “os factores da semiose são factores relacionais, de tal ordem que só subsistem enquanto se implicam uns aos outros. Só existe veículo sígnico se houver um *designatum* e um interpretante correspondentes; e o mesmo vale para estes dois últimos factores: a existência de um deles implica a existência dos outros. Isto tem o seguinte corolário, que é da maior importância: a

⁷. *Collected Papers*, 5.401.

⁸. MORRIS, Charles, “Foundations of the Theory of Signs”, in *Foundations of the Unity of Science – Toward an International Encyclopedia of Unified Science*, ed. NEURATH et al., vol. I, 1955, The University of Chicago Press, p. 77-138.

semiótica não estuda quaisquer objectos específicos, mas todos os objectos desde que participem num processo de semiose”.⁹

A semiose é tridimensional, e uma esquematização do processo aqui descrito por Morris tomaria a forma de um triângulo. Ela contempla sempre um veículo sígnico, um *designatum* e um interpretante. Desta relação triádica da semiose é possível extrair três tipos distintos de relações diádicas, nomeadamente as relações que os signos estabelecem entre si (domínio da Sintaxe); as relações que os signos estabelecem com os seus objectos (domínio da Semântica); e as relações dos signos com os seus intérpretes (dimensão Pragmática).

A divisão da semiótica em sintaxe, semântica e pragmática realizada por Morris decorre da análise do processo semiótico durante o qual uma coisa se torna para alguém signo de uma outra coisa, e retoma a divisão medieval do *trivium*, do estudo das *voces*, em gramática, dialéctica (lógica) e retórica. Charles Peirce, de quem Morris foi atento discípulo, foi o primeiro a reinterpretar as velhas *artes dicendi* como partes da semiótica. Sistematizando-as em disciplinas que estudariam respectivamente a primeiridade, a secundidade e a terceiridade, Peirce subdividiu a semiótica numa **gramática pura** ou especulativa, que teria como função “descobrir aquilo que deve ser verdade do *representamen* utilizado por qualquer inteligência científica para que possa receber uma significação”, a **lógica pura** como “a ciência daquilo que é necessariamente verdade dos *representamina* de uma inteligência científica para que possam valer para qualquer objecto, isto é, para que possam ser verdadeiros” e a **retórica pura** com a função de “descobrir as leis graças às quais em qualquer inteligência científica um signo dá origem a um outro e em particular um pensamento produz outro pensamento”.

Ou seja, como dirá Peirce num dos trabalhos fundadores da Semiótica e Pragmática, *On a New List of Categories*: “Chegamos, portanto, a esta conclusão, que a semiótica trata da referência dos símbolos em geral aos seus objectos. Nesta visão, constitui um ramo de um *trivium* de ciências concebíveis. A primeira trataria das condições formais dos símbolos que têm significado, isto é, da referência dos símbolos em geral aos seus fundamentos ou características imputadas, e poderia ser chamada gramática formal; a segunda, a lógica, trataria das condições formais de verdade dos símbolos; e a terceira trataria das condições formais da força dos símbolos, ou do seu poder de apelar a uma mente, isto é, da sua referência em geral aos interpretantes, e esta poderia ser chamada retórica formal”.

Posteriormente Charles Morris tentará, com a divisão da semiótica em sintáctica, semântica e pragmática, cobrir as diferentes correntes filosóficas dos anos trinta que estudavam, sob perspectivas diferentes, os signos. A sintáctica incorpo-

⁹. FIDALGO, António, *Semiótica, A Lógica da Comunicação*, 1995, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

raria os trabalhos do positivismo lógico, a semântica os estudos dos empiristas e a pragmática as investigações do pragmatismo.

.2 As divisões da Pragmática

No seio do último ramo da semiótica, o sentido que um enunciado adquire em função das determinações das pessoas, dos lugares, dos momentos e das razões que levam à sua enunciação é função da sua dimensão pragmática, isto é, do âmbito das relações e dos efeitos dos signos sobre os seus intérpretes.

Ora, “*determinar a significação de um enunciado equivale a definir o seu valor semântico, ser capaz de apreender aquilo para que remete a sua expressão, em função da língua comum dos interlocutores. Mas compreender o seu sentido, isto é, as razões da sua enunciação exige, antes, a capacidade de o enquadrar numa situação interlocutiva concreta e singular. É esta capacidade que torna o discurso relevante, pertinente ou simplesmente plausível*”.¹⁰ Podemos assim dizer que o estudo das relações que a linguagem estabelece com as situações e os contextos enunciativos, e as maneiras como estas relações são asseguradas, são dos objectos fundamentais e primeiros da pragmática. Mas no interior da pragmática existem diversas perspectivas que adquiriram um espaço próprio de conceptualização e actualização, nomeadamente as perspectivas indexical, accional e conversacional. É sobre essas dimensões que o conceito encerra que nos debruçaremos a seguir.

A perspectiva indexical corresponde à relação dos enunciados com os interlocutores, com as situações, com os contextos da enunciação e com o mundo representado pelos signos linguísticos. Nesta divisão, a pragmática assegura “*o estudo daquilo que deve ser considerado como válido acerca dos indicadores que identificam as instâncias enunciativas e os seus referentes, tais como os interlocutores, a realidade referenciada e os quadros espacio-temporais do contexto pertinentes para a determinação do sentido daquilo que é enunciado*”.¹¹ Os autores ligados a esta perspectiva adoptam uma posição extrinsecalista – de inspiração saussuriana – restringindo o objecto da pragmática da linguagem a uma situação enunciativa que é exterior à constituição de sentido, não intervindo propriamente como factor do valor semântico dos enunciados; interfere apenas para designar as coisas e os estados das coisas a que os locutores se referem. “*A pragmática não diria, portanto, respeito à teoria da linguagem, mas às condições externas, de natureza histórica, psicológica, sociológica e ideológica do discurso, isto é, aos usos individuais que os falantes fazem da linguagem*”¹².

¹⁰. Rodrigues, Adriano Duarte, *Dimensões Pragmáticas do Sentido*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, p.25.

¹¹. Idem, p.33.

¹². Idem, p.29.

Por sua vez, a perspectiva accional (Rodrigues:1996) corresponde ao estudo da linguagem enquanto acção, como a realização de actos que intervêm na constituição e transformação do mundo. Aqui, a pragmática procura identificar a natureza, as condições de realização e a validade que os interlocutores efectuem através dos processos de interlocução. Esta perspectiva pode ser adoptada, por diferentes razões e âmbitos diversos, pelos autores que defendem uma posição extrinsecalista, mas também pelos autores que advogam a posição intrinsecalista.

Os primeiros tendem a considerar que toda a linguagem possui uma natureza accional, englobando as constatações ou os enunciados assertivos, tanto na sua forma afirmativa como negativa, e fazem depender do próprio processo interlocutivo a constituição das condições de realização dos actos de linguagem.

Os segundos acham que só uma parte delimitada das expressões linguísticas – a dos enunciados performativos (pedidos, ordens, interrogações, declarações, veredictos) - se presta ao desempenho de acções, e que este desempenho já está determinado pelo próprio código da língua.

Por fim, a perspectiva conversacional tem como objecto de estudo os processos inferenciais, tais como as implicações e as pressuposições, que os falantes são levados a realizar no decurso dos processos de interlocução, para compreenderem o sentido que os enunciados dão a entender.

Só aqueles que se inserem na tendência intrinsecalista admitem esta última perspectiva, referindo-se por várias vezes ao interacionismo simbólico, e utilizando amiúde os quadros conceptuais da etnometodologia.

Após esta breve apresentação convém determo-nos um pouco mais por este campo teórico, fértil em ensinamentos que podem ser transportados para uma didáctica de língua materna.

.3 A perspectiva indexical

Um dos veios que Ana Cristina Lopes aponta como sendo dos mais promissores na linguística contemporânea diz respeito aquilo que é designado por pragmática enunciativa, ou indexical. Neste caso, a enunciação refere “*o acto individual de conversão de língua em discurso, ou seja, o acto de actualização da língua num determinado contexto enunciativo. Ao converter a língua em discurso, o sujeito falante assume de imediato, ipso facto, o estatuto de locutor, referenciado pelo pronome pessoal eu, e postula automaticamente um tu, uma instância de alteridade*”.¹³

Ora, para além da formação desta relação intersubjectiva eu/tu, há um aparato a ser erguido em torno desta, tal como a rede de relações espaço-temporais

¹³. Lopes, A.C.M., “Pragmática Linguística e os Novos Programas de Português”, *Máthesis*, nº4, 1995, p.296.

organizadas em redor deste foco polarizador e estruturante que dá pelo nome de locutor. Seguindo os passos da autora citada, tudo se passa e é ordenado em relação ao locutor, “*daí surgindo as noções do agora e do aqui, a que se opõem as noções correlatas do antes e do logo, bem como as do ali e do acolá*”.¹⁴

A linguística tem neste campo uma palavra a dizer. Essa palavra é a *deixis*. Cabe à linguística o estudo dessas “*marcas do acto de enunciação no enunciado*”, em especial no que concerne a análise das estruturas linguísticas que são relevadas da *deixis* pessoal, temporal e espacial. Para além do mais, devem ainda acrescentar-se ao rol das preocupações linguísticas “*as estruturas que manifestam a atitude do locutor face ao que diz, face ao conteúdo proposicional do seu enunciado*”.¹⁵

.4 A perspectiva accional

Mas restringir a pragmática linguística a uma mera teoria da enunciação é perder pelo caminho a riqueza de todas as suas componentes. Para além da enunciação, que é um acto que se realiza no próprio momento presente em que alguém fala, independentemente do enunciado que realiza, há também um número significativo de enunciados que realizam determinados actos. Podemos, por exemplo, averiguar a verdade ou a falsidade de um enunciado tipo “*O Cairo é a capital do Egipto*” (um enunciado constatativo, segundo a tipologia de Austin), mas não faz qualquer sentido averiguar tal fenómeno no enunciado “*Prometo trazer-te um presente de Paris*” (o típico performativo, segundo Austin). Nestes performativos apenas podemos verificar se ocorreram ou não, e se aquilo que enunciam produz o efeito que dizem, isto é, se têm ou não sucesso.¹⁶ Tal é o caso das promessas, das nomeações, das apostas, dos pedidos, das ordens, dos avisos, e de um sem número de outros actos da linguagem que têm esta característica comum “*de não constarem nada de existente, mas de fazerem aquilo que dizem*”.¹⁷ É este estudo da linguagem enquanto realização de actos e que constitui o âmbito da perspectiva accional ou ilocutória da pragmática.

Para o desenvolvimento desta dimensão pragmática não podemos deixar de referir o contributo de Wittgenstein, e das suas *Investigações Filosóficas*. Ao construir o paradigma da comunicabilidade, ao arrepio de todas as perspectivas reinantes do neo-positivismo lógico na filosofia da linguagem, aquele filósofo introduz um conceito novo – o de jogo de linguagem. Através dele é possível

¹⁴. *Ibidem*.

¹⁵. *Ibidem*.

¹⁶. Para uma tipologia dos Actos de Fala, e das condições de sucesso destes, cf. AUSTIN, J.L., *How to make things with words*, 1995, Oxford, Oxford University Press

¹⁷. Rodrigues, Adriano Duarte, *Dimensões Pragmáticas do Sentido*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, p.81.

conceder uma proeminência às comunicações interactivas que a linguagem verbal permite, “na multiplicidade dos seus usos efectivos”. Desta forma, há um acentuar notório da pluralidade das acções que se realizam no e pelo uso da linguagem, regidas que estão por regras sociais “cuja convencionalidade resulta do consenso intersubjectivo”.

Ao ser concebida a linguagem como um jogo as janelas são abertas de par em par. Muito mais que o mero asserir os enunciados em termos do verdadeiro ou falso, o jogo expande-se para novas fronteiras e “o perguntar, ordenar, levantar uma hipótese, sugerir, pedir, agradecer, maldizer, saudar, felicitar, inventar uma história” também fazem parte desse exercício. Afinal, “falar é sempre agir com determinadas intenções e objectivos comunicativos, e segundo determinadas regras, fixadas pela prática social”¹⁸.

Na mesma linha de pensamento segue John Langshaw Austin, principal representante da Escola de Oxford. O autor ao fazer, em 1962, trabalho pioneiro no domínio da teoria dos actos linguísticos, desbravou muito do caminho seguido até aos nossos dias. Para o filósofo britânico falar é antes de mais “a realização de determinados actos que intervêm de algum modo na transformação do mundo, produzindo alterações em determinadas propriedades das pessoas, das coisas e nos estados das pessoas e das coisas existentes no mundo”.¹⁹ A averiguação da natureza destes actos de linguagem e dos procedimentos adoptados pelos locutores para os realizarem é pois tarefa que cabe à pragmática accional.

How to do things with words é já um clássico do século XX no campo da filosofia da linguagem. Na obra, o autor citado começa por verificar que nem todas as frases das línguas naturais admitem uma análise semântica em termos de verdade ou falsidade. Os enunciados que chamou performativos, distinguindo-os dos constatativos, não obedecem a tal critério. Estes enunciados não têm como objectivo a descrição de estados de coisas, eles são antes usados pelos falantes para fazer ou realizar um certo e determinado tipo de coisas: um Acto de Fala.

Ao contrário dos enunciados ditos constatativos, que descrevem, verificam ou apuram algo – ou seja – estados de coisas, e cuja denotação pode ser apreendida em termos de valores de verdade, os performativos são analisáveis em termos de satisfação ou não das condições (necessárias e suficientes) ao seu sucesso – isto é, a produzirem o efeito pretendido pelo seu enunciador.

Os performativos são enunciados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, existindo certos verbos que funcionam como “fórmulas performativas explícitas”, que implicam a realização, pelo locutor, da acção denotada pelo mesmo verbo. Desta maneira, “os enunciados performativos viabilizam a reali-

¹⁸. Lopes A.C.M., “Pragmática Linguística e os Novos Programas de Português”, *Máthesis*, nº4, 1995, p.298.

¹⁹. Rodrigues, Adriano Duarte, *Dimensões Pragmáticas do Sentido*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, p.82.

zação de acções em virtude do seu cariz contratual e das convenções específicas que ligam as estruturas linguísticas a processos institucionais”²⁰.

Numa segunda etapa da sua análise, Austin verificou também que os próprios enunciados constatativos podem admitir no seu seio a análise em termos de condições de felicidade (ou seja, do seu sucesso; já que os insucessos nos actos de fala são por Austin crismados de *infelicidades, misfires*). Seguindo de perto a leitura de Ana Macário Lopes, Austin apercebeu-se que a crença na verdade daquilo que se afirma é também ela condição necessária “para a prática ou realização ‘feliz’ da asserção, do mesmo modo que a intenção sincera de cumprir o prometido é uma condição necessária para a prática ‘feliz’ da promessa”.²¹

O antagonismo antigo entre os enunciados constatativos e performativos acaba também num segundo momento por cair por terra, e desta forma Austin vai lançar mão de uma nova teoria geral da linguagem, de natureza pragmática, alicerçada que está no pressuposto primeiro de que a enunciação de qualquer frase corresponde sempre à realização de determinadas acções. Ou seja, numa fase final da teoria, Austin é levado a considerar que todos os enunciados são performativos, embora alguns não o sejam explicitamente (não sejam anunciados por um verbo), e muitos performativos tenham constatativos como seu conteúdo. Tome-se por exemplo o caso de uma notícia simples, redigida em observação estrita dos princípios jornalísticos. Como se sabe, regra básica das normas dos livros de estilo é que as notícias descrevem os factos observados pelo jornalista, redigindo-os segundo técnicas “objectivistas” que se apoiam sobretudo no uso do impessoal e na elisão do enunciador. Pareceria assim que uma notícia bem feita seria um aglomerado de enunciados constatativos, e é-o de facto; mas essa mesma notícia também tinha uma intenção e também realiza algo: realiza o acto de informar os seus leitores. Nesse sentido, é um performativo de pleno direito.

Seguindo esta linha de investigação, Austin acaba por propor a distinção entre acto locutório, acto ilocutório e, por fim, acto perlocutório. O primeiro corresponde ao acto material de produção de um enunciado dotado de significado e referência; o ilocutório corresponde à acção realizada pelo falante, na e pela enunciação, e o terceiro acto diz respeito às consequências ou efeitos que a enunciação desencadeou nas acções, crenças ou pensamentos do interlocutor – o perlocutório é um ilocutório realizado com sucesso. Como é óbvio, é no acto ilocutório que Austin vai centrar todos os seus interesses, pois é neste espaço da interlocução que reside “o potencial interactivo da linguagem verbal”.

No entanto será Searle, durante as décadas de 60 e 70, que vai avançar e desenvolver a teoria austiniana, construindo uma tipologia dos actos ilocutórios que

²⁰. Lopes, A.C.M., “Pragmática Linguística e os Novos Programas de Português”, *Máthesis*, n.º 4, 1995, p.298.

²¹. *Ibidem*.

dá especial relevo à definição das condições necessárias que presidem à efectivação de cada tipo de acto. Para tal apresenta cinco tipos de actos ilocutórios discriminativos da intencionalidade comunicativa convencionalizada:

- actos **representativos** ou **assertivos**: constatação, afirmação, descrição e previsão são exemplos da forma como o locutor se relaciona com a verdade da proposição expressa no enunciado;
- actos **directivos**: ordem, pedido, conselho, sugestão e convite, procuram que o interlocutor realize uma acção (verbal ou não verbal) devido à compreensão do conteúdo proposicional do enunciado produzido pelo locutor;
- actos **compromissivos**: promessa, ameaça e juramento comprometem o locutor com a realização de uma acção futura, determinada pelo conteúdo proposicional do enunciado;
- actos **expressivos**: agradecimentos, felicitações, queixas, pedidos de desculpa exprimem um determinado estado psicológico acerca da situação descrita pelo conteúdo proposicional do enunciado;
- actos **declarativos**: nomeação, casamento, doação, despedimento, excomunhão tornam existente a situação descrita pelo conteúdo proposicional do enunciado.

.5 A perspectiva conversacional

Para finalizar, falta ainda uma referência a uma terceira linha de investigação na pragmática e que diz respeito à sua dimensão conversacional.

Os trabalhos de Paul Grice, surgidos durante a década de 70, vão dar o mote a uma teoria da comunicação verbal que se repercute num plano descritivo e explicativo de diversos fenómenos linguísticos que se prendem “*ao desfasamento entre ‘o que se diz’ – o significado de uma expressão linguística – e ‘o que se quer dizer’ – o significado efectivamente comunicado pelo falante, calculado em função do significado linguístico, da informação contextual e de um conjunto de princípios gerais, as ‘máximas conversacionais’ que supostamente presidem à comunicação*”.²² Assim, um dos princípios de maior alcance que aquele filósofo norte-americano propõe é o denominado Princípio de Cooperação. Este está subdividido em quatro subprincípios que sustentam as designadas Máximas Conversacionais:

- Máxima de **Qualidade**: Tenta que a tua contribuição seja verdadeira;

²². Lopes, A.C.M., “Pragmática Linguística e os Novos Programas de Português”, *Máthesis*, nº4, 1995, p.302.

- Máxima de **Quantidade**: Torna a tua contribuição tão informativa quanto requerida;
- Máxima de **Relação**: Sê relevante;
- Máxima de **Modo**: Sê claro.

Deste modo, “o Princípio de Cooperação e as Máximas Conversacionais que o concretizam exprimem a cumplicidade que se estabelece entre participantes numa conversa, cumplicidade essa de que todos os falantes têm consciência”²³. Os princípios concretizados nas Máximas são considerados princípios universais que guiam a interação conversacional. Convém não esquecer que algumas destas máximas são infringidas em determinadas alturas – nomeadamente, “em situações ficcionadas e mediadas, e sempre que o locutor tem o propósito de ser irónico ou sarcástico”²⁴, mas há também características individuais dos participantes que podem igualmente determinar a infracção dessas Máximas Conversacionais.

A aplicação à didáctica da língua materna

Após a análise, ainda que sucinta, e a indicação dos principais desenvolvimentos que a disciplina de Pragmática tem atravessado até ao presente, chegou agora a vez de explanar a importância que o tema acarreta quando se pretende investigar a didáctica específica da língua materna. Joaquim Fonseca dá especial destaque ao lugar da Pragmática na Teoria e na Análise Linguística. Para este autor, a Pragmática Linguística equivale a perspetivar a língua de um ângulo novo, a atribuir-lhe um estatuto teórico novo. O traço definidor de tal estatuto deve ser devidamente sublinhado: a língua apresenta-se como um sistema de virtualidades que integra em si mesmo o processo que é o seu próprio funcionamento. “O dinamismo interno sempre reconhecido à língua recebe agora uma nova caracterização: esse dinamismo provém de a língua compreender não apenas a multifuncionalidade a que serve, para que está orientada, mas sobretudo a matriz dessa multifuncionalidade que é a interlocução, a interacção, o dialogismo – a tomar como propriedades verdadeiramente constitutivas da linguagem”²⁵.

Interlocução, interacção, dialogismo, dão-se na verdade no discurso – mas exactamente só se podem dar porque estão pré-formados na própria organização daquilo mesmo que permite o discurso, isto é, na língua. Esta é decisivamente

²³. Duarte, Inês, *Língua Portuguesa – Instrumentos de Análise*, Lisboa, Universidade Aberta, 2000, p.358.

²⁴. Idem, p.359.

²⁵. Fonseca, Joaquim, *Pragmática Linguística – Introdução, Teoria e descrição do Português*; Porto, Porto Editora, 1994, p.101.

enformada por aquilo que corresponde à própria natureza e à vocação primeira, que é discursivo-interactiva, da linguagem.

As dimensões pragmáticas da significação não podem ser tomadas como meras dimensões acrescentadas do exterior à consideração da linguagem e dos discursos em que ela se concretiza. “*Sendo assim, importa assumir, em consonância com a natureza e funcionamento da língua e dos discursos, a centralidade da pragmática na teoria e análise linguísticas – centralidade essa que não trunca nem muito menos impede a consideração das interacções que têm lugar entre a pragmática e semântica-sintaxe*”²⁶.

Assim, o alargamento do objecto da Linguística que a Pragmática inequivocamente traz consigo não constitui, como alguns ainda pensam, uma ameaça à especificidade da disciplina: tal alargamento revela-se antes constituir, para além da recusa de uma mal entendida autonomia da linguística, “*o entendimento em maior profundidade e em plenitude do objecto da reflexão linguística*”. A fecundidade da aplicação é inequívoca e já ninguém tem dúvidas ou sequer mostra pudor na constatação de tal facto. O problema está na sua aplicação no terreno.

A pedagogia das línguas em geral e da língua materna em particular só tem a ganhar quando integra no seu seio uma teoria linguística alargada à pragmática, isto é, que não separa os enunciados do seu quadro situacional e que considera a análise do comportamento verbal como inseparável a análise do comportamento em geral.

Fernanda Irene Fonseca não tem dúvidas em afirmar que um dos aspectos mais marcantes de tal aplicação é a possibilidade de aprofundar o modo de conceber o alcance e os objectivos do ensino da língua materna: “*Muito mais do que o aperfeiçoamento de uma competência linguística, ele visa o desenvolvimento da competência comunicativa, entendida como capacidade de integração activa na praxis social*”²⁷.

Pedagogia da língua materna torna-se, assim, sinónimo de pedagogia discursiva. Isso implica a já muito preconizada abertura da aula de língua materna à pluralidade dos discursos. Mas não só. Implica sobretudo uma forma de tratamento desses discursos que leve o aluno à compreensão e apropriação do seu funcionamento, apropriação que possa ser garantia da aquisição de uma competência discursiva.

Para cima de uma década medeia entre o escrito da autora e os dias de hoje, mas as suas palavras continuam a manter-se bem actuais. Manifestamente urge superar o conceito restrito da gramática que ainda subjaz à actividade pedagógica que costuma ser designada como “*ensino da gramática*”. Esta expressão conti-

²⁶. Idem, p.102.

²⁷. **Fonseca**, Fernanda Irene, *Gramática e Pragmática – Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora, 1994, p.107.

nua a ser tomada no sentido, muito limitado, de gramática do código estudada em unidades que não vão além da frase que é, de resto, tomada como unidade descontextualizada. Torna-se indispensável, segundo Irene Fonseca, para além de uma gramática da frase, uma gramática do texto, e proceder a uma exploração pedagógica dessa gramática que se oriente para uma ainda mais alargada gramática da comunicação, do funcionamento dos discursos. A aquisição, pelo aluno, de uma competência oral e escrita é apenas um aspecto parcial da aquisição de um domínio do funcionamento discursivo que lhe confere a capacidade de produzir, receber e reproduzir discursos diferenciados.

A partir de uma reflexão sobre as relações entre enunciado e enunciação podem distinguir-se dois modos fundamentais de utilização da língua: “*um em que o enunciado está directamente ancorado na situação de enunciação e constitui um complemento verbal de uma situação concreta de interacção entre locutor e interlocutor; um outro em que o enunciado está indirectamente ancorado na situação de enunciação e se apresenta, assim, como aparentemente autónomo em relação à situação em que é produzido: a rede referencial constitui-se no interior do próprio texto, que cria, por meios linguísticos, os seus próprios marcos de referência*”.²⁸

A oposição entre estes dois modos fundamentais de enunciação inscreve-se, assim, na própria estrutura da língua, que fornece ao locutor os meios linguísticos de escapar à contingência da sua situação concreta: preso irremediavelmente a um aqui-agora que transporta consigo, o sujeito falante tem, no entanto, a possibilidade de criar, pela palavra, um “*outro aqui-agora*”, isto é, um “*lá-então*”. Se o aqui e o agora só têm existência porque e quando alguém fala, o “*lá*” e o “*então*” só têm existência porque e quando alguém fala deles. Sem negar a importância e a necessidade histórica de que se reveste a opção pedagógica pelo privilégio dado ao texto oral e ao texto não literário,²⁹ a autora que acompanhamos crê que se torna hoje urgente “*reconhecer o carácter limitado (e limitador) de uma noção de uma competência comunicativa que se reduza à capacidade de produzir e receber de forma adequada e eficaz discursos que constituem o complemento verbal de situações concretas de interacção. Fazem parte da competência discursiva, com a produção e recepção de discursos, também a reprodução do discurso no discurso, a recriação verbal de situações, a narração*”.³⁰ Narrar é, aliás, também uma actividade comunicativa, dialógica. Não é uma prática semiológica secun-

²⁸. **Fonseca**, Fernanda Irene, *Gramática e Pragmática – Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora, 1994, p.110.

²⁹. **Fonseca**, Fernanda Irene, *Gramática e Pragmática – Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora, 1994, p.111.

³⁰. **Fonseca**, Fernanda Irene, *Gramática e Pragmática – Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora, 1994, p.111.

dária, literária, “*de elite*”: “*é, pelo contrário, uma prática primitiva, ligada à infância dos indivíduos e das civilizações*”³¹.

Assim, o ensino da língua materna tem sempre que ser entendido como uma actividade que se insere num processo de aprendizagem que começou antes da escola, e que continuará para além dela, e cujas características essenciais a actuação pedagógica deverá respeitar, “*sem que isso signifique, é evidente, que se demita de uma intervenção intencionalmente catalisadora desse processo*”³².

Estas preocupações começaram, ainda que muito timidamente, a surgir nos programas do Português e, em especial, no que concerne ao Segundo Ciclo de escolaridade. Ao longo da década de 90, e já no início deste novo século, notam-se nos novos programas os contributos trazidos pela reflexão desenvolvida no âmbito da Pragmática Linguística. Neles está evidenciado o papel da língua na estruturação da identidade individual e social dos falantes. “*A língua já não é concebida como um mero instrumento de transmissão de informação, que é até exterior ao sujeito que a manipula e neutral aos contextos de interacção. Bem pelo contrário, é através dela que o sujeito constrói a sua identidade e viabiliza a sua relação com o mundo e com os outros. Actualizada num conjunto múltiplo e diversificado de discursos, a língua desempenha um papel fulcral na interacção social, não sendo possível dissociá-la da praxis humana*”³³. Estes documentos são depositários desta emergência e perspectivação do fenómeno linguístico que privilegiam estas práticas da língua no ouvir/falar, e no ler/escrever. O objectivo central que norteia os programas que se desenvolveram nesta última década parece ser o desenvolver e exercitar ao máximo “*as competências envolvidas na comunicação, através da produção e recepção de textos/discursos de índole diversa adequados a diferentes tipos de envolvimento situacional*”³⁴.

A ideia é que, através de um conhecimento estrutural e funcional da língua – que não pode ser visto redutoramente como um fim em si mesmo –, se promova a tomada de consciência por parte dos discentes das potencialidades que a língua encerra nomeadamente “*na criação e/ou manutenção de relações de poder, e na descoberta dos mecanismos linguísticos de manipulação, persuasão e sedução*”. Estes são itens relevantes para a construção e formação “*de indivíduos livres e críticos, de seres pensantes que não abdicam da sua voz*”³⁵.

No segundo ciclo esses propósitos são mais evidentes ao nível do domínio oral, dada a faixa etária dos alunos. Para Ana Macário Lopes, o oral alarga-se, progres-

³¹. *Idem*.

³². *Idem*, p.113

³³. Lopes, A.C.M., “*Pragmática Linguística e os Novos Programas de Português*”, Máthesis, nº 4, 1995, p.293.

³⁴. *Ibidem*

³⁵. Lopes, A.C.M., “*Pragmática Linguística e os Novos Programas de Português*”, Máthesis, nº 4, 1995, p.293.

sivamente, pelas próprias interações linguísticas com sentido que imperam nesta idade, e dado que qualquer prática pedagógica assenta no falado, “*cabe ao professor desencadear, através de estratégias variadas, a tomada de consciência pelos alunos de modos de agir pela fala, adequados às situações de comunicação*”.³⁶ Daí o relevo dado à vertente pragmática da comunicação oral, sobretudo no que se apresenta ao nível das relações entre locutores, nomeadamente nas relações de autoridade, igualdade, de domínio e de intimidade.

Já em relação ao Ensino Recorrente, onde me encontro a leccionar, o panorama é mais desolador. A escassez de informação na área é a nota dominante. O suporte de dispositivos técnicos e didáticos pura e simplesmente não existe, e as referências ministeriais à problemática da dimensão Pragmática ao nível do Segundo Ciclo no Ensino Recorrente resumem-se a muito pouco (*vide* Anexo 1).

Sistémica de uma planificação

Antes de avançarmos para a planificação da unidade propriamente dita, convém dar nota de um apontamento sociológico prévio acerca da caracterização da turma em questão.

Trata-se de um grupo heterogéneo de 11 pessoas, residentes em Valdujo e terras próximas, que distam de Trancoso, sede de concelho, cerca de 10 quilómetros. O aluno mais novo tem 34 anos e o mais velho ronda já a casa dos 70 anos. A maioria dos alunos estão já aposentados, e a sua vida activa foi passada fora da localidade, nomeadamente em Lisboa, mas também no estrangeiro. Os que estão ainda em idade activa são mão-de-obra indiferenciada ou trabalham por conta própria na construção civil e actividades afins. Estes últimos, por uma ou outra razão, necessitam do diploma de conclusão do curso para adquirirem mais-valias em termos profissionais.

Valdujo não foge ao fenómeno em curso do despovoamento rural, e a própria escola primária, onde se realizam as actividades lectivas, e que dizem ter albergado várias turmas num passado não muito distante, encontra-se fechada, no horário diurno, por falta de alunos mais pequenos. Apesar dos esforços dos formandos em sentido contrário, não é de estranhar o ar de abandono que o espaço físico denota. Os apoios logísticos e materiais às tarefas lectivas escasseiam, e é de louvar o espírito da turma em prosseguir o seu objectivo sem se deter perante estes constrangimentos.

Em relação à turma o envolvimento professor/aluno tem sido gratificante para ambas as partes, tendo-se partido, como é óbvio, de diversas premissas que se passam a asserir:

³⁶. *Idem*, p.294.

- *Ritmo na organização do ensino-aprendizagem* – tratando-se da educação de adultos, que saíram do sistema escolar há 30, 40 e mais anos, há todo um conjunto de gestos, posturas, disposições temporais de atenção e concentração que é necessário adquirir de novo. O dirigir a caneta com os dedos – porventura o gesto mais simples que se pode desenvolver numa escola - é também ele prática esquecida e necessitada de exercício. Por estas razões o ritmo é muito diferente do segundo ciclo diurno. O processo de aquisição e manipulação de conhecimentos ao nível cognitivo é mais moroso. Outras compensações para a relação docente/discente acontecem, no entanto, quando o iterar e o saber esperar se transformaram numa estratégia pedagógica produtora;
- *Primado da oralidade* nas experiências de aprendizagem/operacionalização de estratégias – levando em linha de conta o texto ministerial acerca das opções pedagógicas a seguir (vide Anexo 1 e 2), nas situações de aprendizagem a primazia é dada à comunicação oral, própria aliás do ciclo educativo em que nos encontramos. “*Os valores culturais e vivências pessoais dos participantes*” devem ser considerados com o devido reconhecimento, dando especial destaque e prioridade aos métodos que “*assegurem a todo o momento a participação de cada um dos educandos no processo educativo*”.
- *O nome das coisas* – quem tem a experiência do Segundo Ciclo dito regular, e a tem ao nível do Ensino Recorrente, facilmente se apercebe de que os alunos têm interesses muito díspares. Na relação que estabelecem com os termos incomuns, que vão surgindo amiúde, os primeiros, talvez pela faixa etária, reagem com enfado e até com angústia a conceitos estranhos. Para os últimos, no entanto, essa estranheza é motivo de espanto e, surpreendentemente, pode ser motivação extra para um exercício notável de memorização. Acerca do assunto deixo um testemunho directo dos comentários surgidos ao longo deste ano lectivo. O primeiro diz respeito a uma discente que ao sintonizar na rádio, por casualidade, o programa de Edite Estrela, ouviu referir a questão das palavras homógrafas e homófonas. “*Ah! Mas já ouvi falar disto nas aulas,*” comentou para os seus botões, e só descansou quando descobriu nos seus apontamentos que isso era mesmo verdade. Até com manifesto orgulho referiu que o exemplo da conhecida linguista sobre a colher da sopa e colher as flores também estava apontado no seu caderno de exercícios.

Sem qualquer pretensão a erudição oca e mesmo extemporânea, na relação estabelecida com os alunos é fácil perceber o prazer sentido no mero soletrar das chamadas “*coisa difíceis de dizer*”. É com regozijo que se verifica a auto-estima

dos alunos ser evidenciada quando surgem comentários do tipo: “*O professor usa palavras muito esquisitas, mas quando as explica, e para que servem, até são fáceis de perceber*”.

É com estas premissas que a planificação sobre a pragmática linguística deve ser construída. Muito mais que uma memorização de termos e normas, faz-se um apelo aos interesses e vivências do quotidiano dos participantes para eles próprios tomarem em mãos o fio condutor que norteia a explanação do tema. Segue-se então o modelo, base de trabalho pedagógico para a unidade:

BIBLIOGRAFIA

- **APEL**, Karl-Otto, *Le Logos Propre au Langage Humain*, 1994, Éditions de L'Éclat, Paris.
- **ARENS**, Edmund, *The Logic of Pragmatic Thinking: from Peirce to Habermas*, Humanities Press, 1994, New Jersey.
- **ARISTÓTELES**, *Retórica*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1998
- **AUSTIN**, J.L., *How to make things with words*, 1995, Oxford, Oxford University Press
- **Duarte**, Inês, *Língua Portuguesa – Instrumentos de Análise*, Lisboa, Universidade Aberta, 2000.
- **DUCROT**, Oswald, e **TODOROV**, Tzvetan, *Dicionário das Ciências da Linguagem*, 1991, D. Quixote, Lisboa.
- **FIDALGO**, António, *Semiótica, A Lógica da Comunicação*, 1995, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- **Fonseca**, Fernanda Irene, *Gramática e Pragmática – Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora, 1994;
- **Fonseca**, Fernanda Irene, *Deixis, Tempo e Narração*, Porto, Fundação Eng^o António de Almeida, 1992.
- **Fonseca**, Joaquim, *Pragmática Linguística – Introdução, Teoria e descrição do Português*; Porto, Porto Editora, 1994.
- **JAMES**, William, *O Pragmatismo*, col. Estudos Gerais, Clássicos de Filosofia, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997, Lisboa.

- **Lopes**, A.C.M., “*Pragmática Linguística e os Novos Programas de Português*”, *Máthesis*, nº 4, pp.293-306, 1995.
- **MORRIS**, Charles, “*Foundations of the Theory of Signs*”, in *Foundations of the Unity of Science – Toward an International Encyclopedia of Unified Science*, ed. **NEURATH** et al., vol. I, 1955, The University of Chicago Press, p. 77-138.
- **MURPHY**, John, *O Pragmatismo – De Peirce a Davidson*, 1993, col. Argumentos, Edições Asa, Porto.
- **NATTIEZ**, J.J., *Problemas e Métodos de Semiologia*, 1966, col. Signos, Edições 70, Lisboa.
- **PEIRCE**, Charles Sanders, *Collected Papers*, vols. 1-8, ed. **HARTSHORNE**, Charles, **WEISS**, Paul, **BURKS**, William, 1931-1958, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts; Electronic Edition by InteleX Corporation, Charlottesville.
- **PERELMAN**, Chaim, *O Império Retórico*, Porto, Edições Asa, 1993
- **Rodrigues**, Adriano Duarte, *Dimensões Pragmáticas do Sentido*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996;
- **Rodrigues**, Adriano, Duarte, *As Técnicas da Comunicação e da Informação*, Lisboa, Editorial Presença, 1999;
- **RODRIGUES**, Adriano Duarte, 1991, *Introdução à Semiótica*, col. Biblioteca de Textos Universitários, Editorial Presença, Lisboa.
- **SAUSSURE**, Ferdinand de, *Curso de Linguística Geral*, 8ª ed., D. Quixote, 1999, Lisboa.
- **SEARLE**, John R., *Speech acts: an essay in the philosophy of language*, 1974, Cambridge, Cambridge University Press, MA.
- **THAYER**, H. S., (ed.), *Pragmatism, the Classic Writings: Peirce, James, Lewis, Dewey, Mead*, 1982, Hackett Publishing Company, Indianapolis, Cambridge, MA.
- **TRABANT**, Jurgen, *Elementos de Semiótica*, 1976, Editorial Presença, Lisboa.